

Jornalismo Independente e Desenvolvimento Local: apontamentos a partir de estudo de caso em Pernambuco e na Bahia¹

Mariana REIS²

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

RESUMO

Este artigo é parte de investigação de tese que buscou, a partir de pesquisa qualitativa e exploratória, verificar novas formas de organização de trabalho dos jornalistas que atuam em mídia independente. A partir de entrevistas semiestruturadas e em profundidade com integrantes de grupos jornalísticos em Pernambuco e na Bahia, revelaram-se aspectos levantados em uma das hipóteses, como precariedade do trabalho do jornalista; mas também foi possível aferir a criação de novos postos de trabalho na área; a percepção do profissional jornalista também como gestor da comunicação; o papel de políticas públicas para a sustentabilidade desses grupos e a articulação de parcerias com ONGs, universidades e outras mídias, permitindo atuação em rede, um dos indicadores do desenvolvimento local.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo Contemporâneo. Mundo do Trabalho. Políticas Públicas. Mídia Independente. Desenvolvimento Local.

Introdução: um olhar para os estudos do jornalismo

O que é o jornalismo? A pergunta, longe de ser retórica, tem tido diversas tentativas de respostas ao longo dos estudos sobre o jornalismo desde a compreensão da comunicação como ciência – ciência social aplicada – como campo de conhecimento, de saber. Para Traquina (2012, p. 21), “poder-se-ia dizer que o jornalismo é um conjunto de 'estórias', 'estórias' da vida, 'estórias' das estrelas, 'estórias' de triunfo e tragédia. (...) Os jornalistas veem os acontecimentos como 'estórias' e as notícias são construídas como 'estórias', como narrativa, que não estão isoladas de 'estórias' e narrativas passadas”.

Resgatando o conceito de “campo jornalístico”, cunhado por Pierre Bourdieu, Traquina argumenta que é uma atividade intelectual, criativa, com a construção de um mundo por meio da invenção de novas palavras. Tal como num jogo, há polos em disputa, especialmente, dois polos emergentes no jornalismo contemporâneo: econômico, de um

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, no XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, PPGCOM UFPE, e-mail:marianareis@ufpe.br.

lado; ideológico, de outro – a existência de um campo implicando a existência de uma relativa autonomia (TRAQUINA, 2007, p. 24).

Ao analisar informação, opinião e senso crítico, Moretzsohn (2007) avalia que o jornalismo precisa ser pensado a partir das contradições entre seu discurso legitimador e as condições em que ele se realiza. Assim, simplesmente “oferecer as informações para que o público tire suas próprias conclusões (pense por si) se ancora em princípios ora desvirtuados ou simplificados, como o da objetividade, ora francamente mistificadores, como o da imparcialidade”. (MORETZSOHN, 2007, p. 113-114).

Ela defende que uma contradição aparente na permanência desse ideal se dá quando um dos valores basilares para o jornalismo atual é a contraditória imparcialidade. Mas essa contradição cai por terra na compreensão de que a mudança incide sobre o agente do esclarecimento: já não mais o sujeito (que defende causas), mas o objeto (supostamente os fatos fariam por si), numa concepção oriunda do século 19, coerente com os objetivos empresariais da venda dos jornais.

Tal concepção, para ela, “contribui para encobrir o caráter ideológico da atividade jornalística, juntamente com a confusão a respeito do seu papel de mediador, fundado na conceituação clássica (e idealista) do quarto poder, como se a imprensa fosse uma instituição acima das contradições sociais” (2007, p. 107). Assim, “a argumentação que afirma e assume a complexidade do trabalho de mediação desaparece no discurso prevalecente sobre o jornalismo”, desde a definição do quarto poder (ideal da imparcialidade) até a simplificação de cunho positivista do conceito de objetividade (distinção entre notícia/informação e opinião/interpretação).

Por fim, tal naturalização do *quarto poder* “assenta-se na simplificação do princípio da objetividade, traduzido na corriqueira ideia de que os 'fatos falam por si' e, conseqüentemente esconde todo o processo de produção jornalística”. Reitera-se que, uma vez disponibilizando as informações (ou relatando os fatos), o público está apto a tirar suas próprias conclusões (“pensar por si”). “Tal afirmação desconhece não só o processo de construção da notícia, resultante de mediações discursivas inerentes ao trabalho jornalístico, como a força do preconceito arraigado ao senso comum” (MORETZSOHN, 2007, p. 120). Logo, a autora conclui que “a separação clara entre informação e opinião resulta num equívoco que oculta não apenas o caráter ideológico inerente a todo discurso como o próprio processo de mediação necessário para que os fatos se tornem notícia” (MORETZSOHN, 2007, p. 126).

No que diz respeito ao texto jornalístico e a sua ligação com a subjetividade, ou melhor, à intersubjetividade, convém mencionar o trabalho de Daniel Cornu (1999). Ao tratar das questões da ética e da deontologia da profissão, o autor coloca o próprio jornalismo no cerne do debate. Assim como Moretzsohn faria em trabalho posterior (já citado neste texto), Cornu se apoia na filosofia e, mais especificamente, na moral kantiana, para defender a ideia da ética da informação.

Para Cornu (1999, p. 416), a objetividade não existe no texto jornalístico. A partir do momento em que se admite uma *não-isenção em relação aos fatos*, assume-se a postura de tomada de decisão, exigindo a *escolha ética*. Assim, a seu ver – e na retomada dos argumentos de pensadores como Ferry e Habermas, no tocante às condições de julgamento e ao “agir comunicativo” – o tema ou assunto a ser abordado na produção jornalística deve deixar de ser percebida como um *objeto* (que pode ser facilmente manipulado) e deve ser compreendido na complexidade de *sujeitos*.

Alinhado a esse pensamento, nossa opção teórica, em relação aos estudos do jornalismo, parte da compreensão do papel do jornalista não apenas enquanto um técnico, mas como um mediador, que atua para a reflexão e análise da mesma (TRAQUINA, 2005).

De acordo com Lima (2009):

Há ainda que se registrar que os estudos sobre linguagem, a sociologia do jornalismo e sobre a construção da notícia (*newsmaking*), o enquadramento (*framing*) e o agendamento (*agenda setting*), apesar de diferenças significativas, revelam que a prática do jornalismo profissional ocorre no contexto de uma subcultura própria; de rotinas produtivas que se transformam em normas; e de interferências editoriais – explícitas ou não – que tornam sem sentido qualquer pretensão à existência do mito da objetividade jornalística ou de uma prática jornalística neutra e isenta. (LIMA, 2009).

Sabe-se também que o próprio webjornalismo conta com suas especificidades de linguagem e de formato, apresentando limites e possibilidades para a concepção de um novo jornalismo, o que permite a Correia (2003, p. 68) problematizar: “que configurações poderá ter o jornalismo na Web, que lhe permita continuar a ser considerado jornalismo (...) apesar da informação em velocidade exponencial (...) inundando o potencial consumidor com dados cuja hierarquia de importância e cujo critério de escolha desapareceram?”. E indica como uma das saídas possíveis a retomada de aspectos do *jornalismo de causas*, do *jornalismo opinativo* e do *jornalismo cívico* (CORREIA, 2003, p. 69).

De fato, o que é inegável é que a midiática da esfera pública adquire novos contornos a partir da web. Teóricos como Esteves (2007) argumentam que a Internet pode contribuir consideravelmente para a democracia deliberativa dos tempos atuais, na medida em que as redes da informação e comunicação atuam para a constituição de um espaço público ativo, animando debates e incentivando a participação social.

A crise democrática que resultou no impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, refletiu-se também nos meios de comunicação massivos. Diante deste cenário, adota-se a posição de Charaudeau, quando relaciona a crise de opinião com a crise democrática. Nesse sentido, a democracia segue sendo uma democracia representativa, sem questionamentos. Existe crise de representatividade política “porque esta não é mais suficiente para si mesma: emerge uma nova sociedade civil, diferente daquela de 30 anos atrás, sob a forma de movimentos que colocam novas questões, que, sob diferentes formas e empregando modos de ação variáveis, instituem-se em grupos de alerta, de interpelação dos poderes públicos, pondo em evidência a carência das instituições” (CHARAUDEAU, 2016, p. 177).

No *Estudo Preliminar: Era uma Vez na América, John Dewey e a crise da democracia*, Ramón del Castillo introduz o pensamento de Dewey aos leitores estabelecendo um comparativo entre o conceito de opinião pública, trabalhado por este autor, e a mesma conceituação, a partir da obra de Walter Lippmann. O livro de Dewey, aliás, já foi escrito como resposta às obras de Lippmann – *Public Opinion* (1922) e *The Phantom Public* (1925) –, livros polêmicos nos quais Lippmann demonstrava desconfiança acerca das ideias de democracia popular.

Lippmann, segundo Castillo (2004), não questionava a ideia de interesse público (como os liberais do *laissez faire*), mas acreditava que a massa trabalhadora imersa na cultura de consumo não conseguiria se constituir como verdadeira opinião pública. Assim, para ele, a vida democrática não dependia do ideal de autonomia cidadã, mas de acesso a bens e serviços que deveriam ser oferecidos exclusivamente pelo Estado. A soberania popular só existia nas mentes de progressistas sentimentais, idealistas. Formadores de opinião seriam especialistas bem informados, elites independentes e desinteressadas, que atuariam como mediadores entre a “política profissional e a “opinião pública”.

Contribuía para esse pensamento de Lippmann o próprio crescimento do chamado “jornalismo de massas”, sensacionalista, com ênfase em escândalos sexuais e de violência o que, para ele, colaborava para o declínio da esfera pública. Assim, para este autor, o

papel da imprensa e outros meios de comunicação não era fomentar uma discussão aberta. “Informação e opinião”, “conhecimento objetivo e debate” eram incompatíveis. O jornalismo de informação deveria ser científico e objetivo, enquanto o jornalismo de opinião seria expressão de posições partidárias e ideológicas.

Já para Dewey, o debate público precisa ser realizado como contraponto, como espaço de discordância. O debate é necessário para transcender pontos de vista particulares e transformá-los. Logo, debater é comunicar e defender suas opiniões para que os outros as reconheçam como válidas e como suas. Até certo ponto, o destino dos meios de comunicação e, em especial, da imprensa, pareciam dar razão a Dewey e não a Lippmann. A imprensa não funcionava não por ser suficientemente objetiva, mas porque não era suficientemente polêmica. Como poderia haver uma opinião pública baseada na autoridade? A chave, para Dewey, estaria na possibilidade do diálogo, na ação comunicativa (DEWEY, 2004).

Nessa perspectiva, a imprensa deixa de impulsionar a arte da discussão justamente por optar pelas supostas técnicas de objetividade. Ironicamente, foi a indústria publicitária e das relações públicas que favoreceu a imprensa objetiva em detrimento da imprensa de formação de opinião. Era a imprensa “responsável”, “objetiva”, a que realmente atraía a classe de leitores a qual os anunciantes queriam chegar: classes médias e altas, que consideravam a si mesmos como eleitores “independentes”. Ao mesmo tempo, importante destacar que Dewey não opta pela análise dos meios da imprensa política, ao contrário, sempre se manteve a uma prudente distância do jornalismo partidário (aqui entendido como *militante*).

Para Dewey (2004), não existe um público em particular, mas um conjunto de públicos (coletivos) que interagem entre si, descobrem interesses em comum e vão definindo uma esfera conjunta de ação por mediação de distintas organizações que vão desde movimentos civis até agências públicas, desde associações de cidadãos até coletivos relacionados a mecanismos jurídicos do Estado.

Dewey (2004), assim, pensava que a chave da democracia não era tanto o espaço formal de representação, mas a esfera da transformação de impulsos e forças culturais e que, portanto, a saúde da democracia devia ser medida em relação à satisfação dessas forças e necessidades. Embora a vida social pública fosse um espectro, sua materialização não dependia do aparato estatal, mas de um novo modo de produção cultural que abarque invenções materiais e artísticas, até o cultivo da imaginação.

O autor não acreditava que a política fosse a essência da vida democrática, mas via a democracia política como uma articulação de forças sociais. Sua teoria de democracia popular baseia-se numa análise a meio caminho entre a história e a psicologia social: costumes, valores, crenças, modos de atuar e de sentir.

Sobre a relação entre controle popular e controle do Estado, Dewey (2004) entendia a opinião pública como força social de mediação. Confiava em uma base social de conciliação, um mundo de valores e responsabilidades surgidos no fio de cada prática social. Também achava salutar a manutenção de uma certa distância entre Estado e sociedade civil, compreendendo, por essa segunda, as articulações deixadas de lado pela democracia política.

Para Charaudeau (2016, p.10), “tudo acontece, pois, na relação que se constrói entre os políticos e a opinião dos cidadãos por meio do discurso, visto que é pela palavra que se persuade, que se seduz e que, no fim das contas, se regula a vida política. Num regime democrático, a vida política reside numa conquista da opinião pública”.

Ainda segundo o mesmo autor (2016, p. 20), “a opinião é um fato da linguagem: sua construção resulta do entrecruzamento dos atos languageiros que o indivíduo (ou o grupo) recebeu, ouviu e reproduziu. A manipulação das mentes também se faz através da linguagem, até mesmo quando acompanhada de outras ações (...). Sendo assim, o estudo da opinião e dos jogos de manipulação concerne à Análise do Discurso”.

Diz, ainda, Charaudeau (2016, p. 37-38): “Ora, a opinião pública, em toda a sua complexidade, forja-se nos pontos de vista mais ou menos racionais, mais ou menos subjetivos sobre os atores políticos e sua capacidade de governar, sua integridade e as ações que realizam. (...) Essa opinião, por mais imprecisa que seja, manifesta-se cada vez que grupos sociais sentem que seus interesses foram atingidos, [gerando] uma repercussão coletiva (...)”.

Ainda para o mesmo autor, a opinião pública existe quando se manifesta e flui na vida social. “Um olhar semiológico voltado para o comportamento dos indivíduos vivendo em sociedade permite ver suas múltiplas manifestações, na medida de suas atividades discursivas. É falando que os indivíduos trocam e constroem pensamento; é falando que, na flutuação entre pensamento individual e pensamento coletivo, eles tomam consciência ao mesmo tempo de sua singularidade e de seus pertencimentos sociais; é falando que lançam no espaço público inúmeras bolhas de sabão que flutuam, se entrechocam, explodem e se recompõem em controvérsias sem fim” (CHARAUDEAU, 2016, p. 42).

Assim, na linha da análise de Dewey e Charaudeau, sobre mídia, jornalismo e democracia: quais os limites entre opinião e informação no jornalismo? De fato, a dita objetividade, herança do jornalismo brasileiro em relação ao norte-americano, garante o debate público, no sentido de Dewey, do confronto de ideias, em busca de consenso?

Lançando mão de um fio de esperança para novas possibilidades no fazer jornalístico, elege-se, mais uma vez, as palavras de Dewey: “o coletivo social, o público, segue sendo massa não até ser guiado por um aparato técnico-governamental, mas até que se aproprie criativamente dos meios materiais. Haverá público soberano onde uma arte de comunicação tome posse do equipamento físico de transmissão e circulação e lhes insufla vida” (DEWEY, 2004, p. 40). Aqui, a nosso ver, a chave estaria, possivelmente, na democratização dos meios de comunicação e numa maior participação social nos instrumentos de comunicação, especialmente, nos meios públicos, além de iniciativas voltadas para o jornalismo independente, fruto de nossa análise.

Interfaces entre Jornalismo e Democracia: o papel da mobilização social

De acordo com Boaventura de Souza Santos (2002, p. 69), “tanto na Índia quanto no Brasil as experiências mais significativas de mudança na forma da democracia têm sua origem em movimentos sociais que questionam as práticas sociais de exclusão através de ações que geram novas normas e novas formas de controle do governo pelos cidadãos”. A partir da revisão de vários autores, Santos (2002) conclui que a participação democrática, no Brasil, surge no seio dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 que culminaram nos processos de redemocratização do País. Ainda seguindo as conclusões do autor, temos que, no caso brasileiro “a motivação pela participação é parte de uma herança comum do processo de democratização que levou os atores sociais democráticos, especialmente aqueles oriundos dos movimentos comunitários, a disputarem o significado do termo participação” (SANTOS, 2002, p. 65). Já para Demo (2000), o processo de participação não é algo finalizado. Trata-se de uma construção permanente, que vai sendo conquistada aos poucos. Por isso, há a necessidade constante de mobilização.

Ao discutir sobre os processos de mobilização social da chamada Primavera Árabe que, em 2011, resultaram na queda de ditaduras em países do Oriente como o Egito e a Tunísia, Castells explica que tais processos, embora tenham adquirido força ao serem organizados via redes sociais virtuais, não seriam legitimados se não tivessem ganhado as ruas. Só a

sociedade mobilizada e organizada em redes materiais poderia garantir uma participação política eficiente, capaz de produzir mudanças reais (CASTELLS, 2011).

Sobre a comunicação em tempos de sociedade em rede, Castells (2000, p. 444) explica que “tanto as comunidades de grupo quanto as comunidades pessoais funcionam tanto on-line quanto off-line. As comunidades substituem as redes sociais, com as comunidades locais sendo uma das muitas opções possíveis para a criação e a manutenção de redes sociais, e a Internet oferece mais uma dessas alternativas”.

Para este autor, o comportamento da sociedade contemporânea em moldes das redes se caracteriza de tal forma que “a presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e transformação de nossa sociedade”. (CASTELLS, 2000, p. 565). Ainda para ele, “essa base material construída em redes define os processos sociais predominantes, conseqüentemente dando forma à própria estrutura social”. (CASTELLS, 2000, p. 567). Ainda segundo o mesmo autor (2000, p. 460-461), o que vai caracterizar o sistema de comunicação em rede é a inclusão das mais variadas expressões culturais, pois “é precisamente devido a sua diversificação, multimodalidade e versatilidade que o novo sistema de comunicação é capaz de abarcar e integrar todas as formas de expressão, bem como a diversidade de interesses, valores e imaginações, inclusive a expressão de conflitos sociais”.

Ao avaliar a ruptura democrática dos tempos atuais, Castells ainda reafirma o papel dos jornalistas como peça fundamental na arquitetura da democracia:

O rompimento fora das instituições tem um alto custo social e pessoal, demonizado por meios de comunicação que, em última análise, são controlados pelo dinheiro ou pelo Estado, apesar da resistência muitas vezes heroica dos jornalistas (CASTELLS, 2018, p.14).

Ou seja, mais uma vez, aponta-se o jornalismo como chave para os processos democráticos, a partir de sua *função social*, como afirma Schudson. Sobre a abordagem dos movimentos sociais na mídia, é preciso esclarecer que também a própria concepção de movimentos sociais, hoje, sofre mudanças. Nas palavras de Gohn (2007; 2014), uma das principais características dos novos movimentos sociais é a compartimentalização das reivindicações. Se antes, basicamente, as principais diferenças se encontravam entre movimentos do campo e da cidade, desde a década de 1990, as pautas são múltiplas: o

movimento ecológico, assim, atua na complexidade relação entre campo e cidade. O desafio para o jornalismo contemporâneo, então, constitui-se em cobrir/reportar/narrar as especificidades de cada grupo social, sem perder de vista a causa comum.

A linguagem como laboratório: a questão dos gêneros jornalísticos

Partindo-se do princípio que um dos ofícios do jornalismo é narrar, contar histórias, é preciso falar sobre narrativa. Para Benjamin (2000), a principal fonte da narrativa é a experiência passada de pessoa para pessoa, anonimamente. Assim, as melhores histórias escritas são as que mais se aproximam das histórias orais. Já de acordo com Todorov, para cada narrador, há um leitor que escuta e apreende a história contada. Assim, no tempo do discurso, o que importa não é tanto o fato em si, mas o modo como ele chega até o outro, ou seja, o modo como é narrado (TODOROV, 1976, *apud* MARTINEZ, 2008). Embora, no início do século 20, Benjamin declarasse a narrativa como arte em extinção, o que se observa é que o gênero não só continua existindo, décadas depois, como se consolidou, especialmente nos relatos de não-ficção (MARTINEZ, 2008).

Ora, no que diz respeito aos gêneros jornalísticos, e mais precisamente ao gênero *reportagem*, vale lembrar as conceituações sobre o papel do jornalista/repórter e da compreensão da reportagem como narrativa, conceitos trabalhados por autores como Cremilda Medina e Muniz Sodré. No entendimento da primeira, o jornalista é um narrador, um “autor-mediador social, produtor de sentidos” no ato de *reportar* o “mundo vivo”. A reportagem é a narrativa do presente, é o relato do contemporâneo (MEDINA, 2006, p. 87).

Em consonância a esse pensamento, Sodré (2009, p. 135) afirma que, ao criar uma analogia, decerto, seremos levados a pensar “a velha ideologia da objetividade do relato jornalístico em termos de uma objetividade fraca, cuja consequência imediata é a revisão das pretensões de espelhamento da verdade absoluta do real-histórico em favor da admissão de uma veracidade probabilística, que não destrói as possibilidades de um pacto de credibilidade entre o sistema informativo e seu público, podendo mesmo ajudar a lançar luz sobre determinadas ficcionalizações (...). Tudo isso contribuirá para aproximar ainda mais o discurso informativo da forma narrativa.”

Em relação aos novos arranjos de jornalismo, parte-se do pressuposto que, na contramão do que é atualmente feito no jornalismo tradicional, o jornalismo independente tem se voltado para a entrevista e, ainda mais especialmente, para a reportagem em

profundidade, ou seja, para as “raízes” do jornalismo, no sentido de proporcionar uma nova/velha forma de fazer jornalismo, utilizando das novas ferramentas digitais para pensar em outras possibilidades de formatos para contar as histórias da vida real. Certamente, como já apontava Maciel (2018) em sua tese sobre o jornalista como *narrador do contemporâneo*, isso se dá em consequência da maior disponibilidade de tempo que o jornalista detém para planejar, pesquisar e produzir o conteúdo, devido ao tipo de acordo (*contrato social*, como defendido pelo autor) realizado entre o mesmo e seu público-leitor.

Embora se referisse, em seu texto, aos jornalistas independentes autores de livros-reportagem, acreditamos que o mesmo pode ser entendido no caso dos jornalistas independentes organizados em novos tipos de arranjos de trabalho. Pela própria natureza das rotinas produtivas, não há tanto espaço para as *hard news*. A própria natureza de sua sustentabilidade – contratos com editoras, no caso dos estudos de Maciel (2018), campanhas colaborativas, campanhas de assinatura, projetos financiados por fundações públicas ou privadas nacionais ou internacionais, no caso dos arranjos aqui estudados – prevê a dedicação às grandes reportagens, às entrevistas em profundidade, matérias especiais e outros projetos mais elaborados.

Especialmente, o fato de não se reportar a uma mídia tradicional – e às verbas publicitárias das empresas que a patrocinam – pressupõe muito mais autonomia em relação às pautas, possibilitando certa *ousadia* tanto em relação à escolha das temáticas quanto em relação à abordagem. A nosso ver, trata-se de uma *relativa autonomia*. Sejam os jornalistas-autores que prestam contas a seus editores (pessoa física) e editoras (pessoa jurídica), no caso de Maciel (2018), sejam os jornalistas organizados nos novos arranjos de trabalho (em nosso caso), seu trabalho precisa estar também em consonância com os valores daqueles que os financiam. Um saída interessante talvez seja buscar combinar esses valores entre o que almejam esses jornalistas e os interesses de quem pode pagar pelos projetos. No que tange especificamente à linguagem e aos gêneros jornalísticos, é preciso se deixar claro, desde o princípio, que estamos falando de jornalismo digital.

Da precariedade em tempos do trabalho digital às novas soluções de desenvolvimento local

Como revelam autores como Antunes (2009; 2018), Nonato (2015) e Figaro (2008; 2013; 2018), o mundo do trabalho está em transformação. O campo do trabalho do jornalista,

assim, acompanha as mudanças do cenário contemporâneo. Do ponto de vista do jornalismo, a extinção de postos de trabalho tem acompanhado, em nível nacional e regional, um crescente desemprego que também ocorre em nível mundial. Assim, à profissão, e ao profissional, cabe não *inventar a roda*, mas reinventar-se. Assim, como uma dessas possibilidades de reorganização, surgem os aqui denominados novos arranjos econômicos do trabalho do jornalista, exercendo atividade profissional de forma autônoma, reorganizando-se em grupos. Como aponta Figaro (2018), resguardadas as devidas diferenças, específicas do campo profissional, é possível se estabelecer, em alguns aspectos, relações entre esses novos modos de organização de trabalho (arranjos) e o que a literatura econômica consagrou chamar de arranjos produtivos locais (APL). Suzigan (2004, p. 545, *apud* FIGARO, 2018) traz que os *arranjos econômicos* podem ser definidos na tradição dos estudos italianos, grosso modo, como: “aglomerações produtivas cujas articulações entre agentes locais não são suficientemente desenvolvidas para caracterizá-los como sistemas”. Tal ideia surge oriunda de iniciativas de regiões italianas estudadas por Lombardi e outros, enfatizando, sobretudo, as relações de apoio, troca de experiências que se estabeleceram entre pequenas e médias organizações regionais. Ainda de acordo com o mesmo autor, a Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – RedSist, prefere definir os arranjos produtivos locais (APL) como “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais — com foco em um conjunto específico de atividades econômicas — que apresentam vínculos mesmo que incipientes.”; ou ainda, como “sistemas produtivos e inovativos locais (...) em que interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local” (idem).

Como apontam os estudos da pesquisa matriz:

O conjunto dessas forças produtivas pode ser colocado a serviço da sociedade desde que esses profissionais se organizem para conquistar o direito de trabalhar com dignidade e produzir informação de qualidade para os cidadãos. A nomeação dessa possibilidade de organização de *novos arranjos econômicos do trabalho do jornalista* (FIGARO, 2016, 2017, 2018) é um deslocamento da definição original (LOMBARDI, 2003a; SUZIGAN, 2004) com a intenção de destacar a possibilidade de que micros e pequenas empresas, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil, coletivos e outros grupos de trabalhadores da comunicação e do jornalismo possam representar efetiva alternativa de trabalho (empregabilidade) e de produção de um serviço de qualidade por seus vínculos e compromissos com a democratização dos meios de comunicação e com a sociedade (FIGARO, 2018).

A percepção de que também os arranjos econômicos do trabalho do jornalista pode ser entendida como trocas solidárias, experiências de rede, trabalho colaborativo – não necessariamente remunerado – coaduna-se com os conceitos de desenvolvimento local desenvolvidos pela nossa anterior pesquisa de mestrado. Os autores que trabalham com o conceito de desenvolvimento local apontam em geral para a articulação de redes sociais como chave para promover o bem-estar das comunidades e para se construir possibilidades de desenvolvimento. Para esses pesquisadores, a articulação em rede torna-se um elemento imprescindível para a formação cidadã de determinada população, uma vez que é pressuposta uma relação horizontal, de troca (REIS, 2018).

Conforme apontamos em estudo anterior, em linhas gerais, pode-se explicar o desenvolvimento local como um processo no qual a comunidade identifica e reconhece os seus potenciais endógenos e utiliza os recursos humanos e materiais locais para produção, articulando parcerias públicas e privadas e promovendo ações educativas e inclusivas que permitam a participação dos seus próprios membros em diversos níveis, independentemente de gênero e idade (BUARQUE, 1999; FRANCO, 2000; JARA, 2001; TAUKE SANTOS, 2002 e 2003).

Além disso, de acordo com os autores estudados, as ações realizadas em processos de desenvolvimento local devem considerar, ainda, a sustentabilidade em longo prazo, o que significa dizer que esta não é só pensada num nível econômico, mas também sob o ponto de vista da preservação dos recursos ambientais, do repasse de conhecimentos técnicos de geração em geração e da conservação de valores locais (REIS, 2018).

Em linhas gerais, observa-se que isso acontece em muitos dos novos arranjos jornalísticos de base comunitária, especialmente, aqueles que se encontram nas periferias dos grandes centros urbanos, pautando-se no cotidiano que está *à margem* do que acontece nas metrópoles, usando de recursos escassos, muitas vezes mesmo *improvisados*, e utilizando-se de soluções criativas. Em nosso processo de pesquisa, a partir de entrevistas semiestruturadas e em profundidade com integrantes de seis grupos jornalísticos dos estados de Pernambuco e da Bahia, no Nordeste do Brasil (são eles *Portal Itéia*, *Portal Correio Nagô*, *Portal Sotero Preta*, *Revista Outros Críticos*, *Revista O Grito!* e *Revista Gambiarra*), revelaram-se aspectos levantados em uma das hipóteses, como precariedade do trabalho do jornalista; mas também foi possível aferir a criação de novos postos de trabalho na área; a percepção do profissional jornalista também como gestor da comunicação; o papel de políticas públicas para a sustentabilidade desses grupos e a

articulação de parcerias com ONGs, universidades e outras mídias, permitindo atuação em rede, um dos indicadores do desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BENJAMIN; W. O narrador. In: **Magia e Técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999

BOURDIEU, P. The Political Field, the Social Science Field, and the Journalistic Field. In: BENSON, R., NEVEU, E. **Bourdieu and The Journalistic Field**. Cambridge: Polity Press, 2005.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CASTELLS, M. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Editora, 2018

_____. **Anatomia de uma revolução**. Disponível em: <http://www.eagora.org.br/arquivo/anatomia-de-uma-revolucao>. Acesso em 20 de fevereiro de 2011

_____. **Comunicación y Poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

_____. **A Sociedade em Rede**. A era da informação: economia, sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTILLO, R. Estudio Preliminar: Era uma Vez na América, John Dewey e a crise da democracia. In: DEWEY, J. **La opinión pública y sus problemas**. Madrid: Ediciones Morata, 2004.

CHARAUDEAU, P. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas**. São Paulo: Contexto, 2016.

CORNU; D. **Jornalismo e Verdade: por uma ética da informação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

CORREIA, J. C. Novo Jornalismo: CMC e Esfera Pública. In: CORREIA, J.C., FIDALGO, A., SERRA, P. (Orgs.) **Informação e Comunicação Online**. V. 3. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003.

DEMO, P. **Participação é conquista**. Petrópolis: Vozes, 2000

DEWEY, J. **La opinión pública y sus problemas**. Madrid: Ediciones Morata, 2004.

DOWNING, J. **Mídia radical**. São Paulo: Editora Senac, 2002.

ESTEVES, J. P. Internet e Comunicação Política: um novo desafio à democracia. **Intexto**. Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 17, p. 1-12, julho/dezembro 2007.

FIGARO, R. (Org). **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às grandes corporações de mídia**. São Paulo: CPCT, 2018.

_____. Atividade de comunicação e de trabalho. **Trabalho, educação e saúde**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 107-145, mar./jun. 2008.

FIGARO, R; NONATO, C; GROHMANN, R **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Atlas, 2013.

GOHN, M. G. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. (Org.) **Movimentos Sociais no século XXI**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

JARA, C. J. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. São Luís: IICA, 2001

LIMA, V. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 89-94.

MACIEL, A. Z. Narradores do Contemporâneo: jornalistas escritores e o livro-reportagem no Brasil. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação). 310f. UFPE: 2018.

MARTINEZ, M. **Jornada do Herói: a estrutura narrativa mítica na construção de histórias de vida em jornalismo**. São Paulo: Annablume, 2008.

MEDINA, C. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

MORETZSOHN, S. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano, do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NONATO, C. **Jornalistas, blogueiros, migrantes da comunicação: em busca de novos arranjos econômicos para o trabalho jornalístico com maior autonomia e liberdade de**

expressão. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação). 250f. USP: 2015.

REIS, M. **Comunicação, cultura e mobilização comunitária**. Curitiba: Appris, 2018.

SANTOS, B. de S. (Org.). **Democratizar a Democracia**. Os caminhos da democracia participativa. Porto: Afrontamento, 2002

SODRÉ, M. **A narração do fato**. Notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAUK SANTOS, M.S. **Comunicação Rural**: do difusionismo Tecnológico ao Desenvolvimento Local. Recife: Prorenda Rural, Coletânea de Palestras, 2002

_____. Comunicação Rural: velho objeto, nova abordagem. Mediação, reconversão cultural, desenvolvimento local. In: LOPES, M. I. V.; TAUK SANTOS, M. S. (Orgs.) **Comunicação e Informação, identidades e Fronteiras**. São Paulo: INTERCOM; Recife: Bagaço, 2000

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**: Porque as notícias são como são. Volume 1. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016.